



Difícilmente haverá quorum hoje para a votação da emenda Fruet, que estabelece representação política em todos os níveis, para o DF. O próprio Fruet foi pego de surpresa, assim como toda a oposição. O senador Gadelha tem uma proposta alternativa. Maurício Correia e Aziz Cury apóiam o projeto de Fruet



Representação política para o DF

COMISSÃO

DO
DISTRITO FEDERAL



Na sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, às 19 horas, deverá ser apreciado o projeto de reforma constitucional do deputado Maurício Fruet, que estabelece representação política para o Distrito Federal, eleições de prefeitos nas capitais e áreas de segurança nacional. O projeto, no entanto, não deverá ser votado já que dificilmente se conseguirá os dois terços necessários de parlamentares para sua aprovação ou rejeição, ficando assim a votação adiada para depois da votação da emenda Dante de Oliveira.

De acordo com a avaliação de alguns parlamentares, esta emenda deverá ser absorvida pelo "emenda" do Presidente da República e negociada com a oposição. O líder do PT, Aírton Soares, é favorável à emenda, assim como o líder do PTB, Celso Peçanha. O Deputado Nelson Marchezan não acredita em sua votação, mas a maioria dos deputados da oposição é favorável a um projeto que promulgue eleições para a representação política no Distrito Federal em vários níveis.

Sem precipitação

O Senador Marcondes Gadelha deverá encaminhar ainda esta semana, depois da votação do projeto Maurício Fruet, outra emenda propondo representação para o Distrito Federal apenas a nível de Congresso, ou seja, eleição para três senadores e oito deputados federais, números, que segundo ele, elevariam o Distrito Federal a nível de Estado.

Mal interpretada

Enfatizou que a sua proposta é uma tentativa de viabilizar a ideia da eleição para representantes do DF que, se colocada agora para todos os níveis, poderia ser mal interpretada, já que se estaria dando um salto muito grande, de nenhuma representação para todas. Segundo ele, isto deverá ocorrer posteriormente, mas "é preciso se fazer as coisas com calma".

Membro da Comissão do Distrito Federal, Gadelha acredita que os brasileiros têm o direito e a necessidade de elegerem seus representantes, até mesmo o governador. Observa porém que isto não deverá ocorrer tão cedo, embora acredite que mesmo a convivência de partidos diferentes na capital faz parte da democracia e não será um problema.

Apesar de ser favorável ao projeto do deputado Maurício Fruet que foi colocado em pauta inesperadamente, a ponto de não permitir que a oposição se organize para a votação, Gadelha não acredita na sua aprovação por considerar o projeto muito abrangente. "Pensando nisso é que estou encaminhando outra emenda, apresentando uma média de opiniões. Assim a representação popular seria exercida pelos deputados federais, pois Brasília não tem autonomia fiscal. Mais tarde então poderia ser viabilizada uma assembleia legislativa".

Observa que tecnicamente a escolha de um governador por via direta que poderia eleger um político da oposição não é uma boa ideia, mas no momento oportuno deverá ser plebiscitada. "Deverá ser eleita primeiro a representação a nível federal, depois a discussão sobre a viabilidade de uma Câmara de vereadores e, por último, eleições para governador".

"Não há dúvida de que Brasília deverá ter a sua representação, pois tem hoje a população maior do que cinco Estados brasileiros e todos os territórios reunidos, além de ser o sexto arrecadador de ICM do país", comenta.

Representantes legítimos

O Senador Alfredo Campos, (PMDB-MG) também membro da Comissão do DF, não acredita na aprovação da emenda que será apresentada hoje, mas diz que está empenhado em aprovar uma emenda que dê representantes legítimos ao DF. Observa que a comissão não tem condições de substituir a Câmara de vereadores ou tampouco a assembleia legislativa.

"Acho impossível que a capital não tenha representação em todos os níveis. Brasília cresceu muito, não é mais uma capital, um centro administrativo, mas uma cidade com problemas como qualquer outra, e não é possível esquecer a população das cidades-satélites ou mesmo do Plano Piloto", enfatiza.

Segundo ele, é preciso repensar a estrutura administrativa do Distrito Federal e questionar se não deveria haver um prefeito com vereadores. "É preciso discutir a questão e se resolver pela melhor maneira de representar o brasileiro".

Surpresa foi geral

As lideranças comunitárias, sindicatos e a população foram surpreendidos pela notícia da decisão da Mesa do Senado de realizar hoje a sessão que inclui na pauta a votação da Emenda Fruet, que estabelece a criação do Poder Legislativo, com eleições para Assembleia Legislativa para o Distrito Federal. De acordo com o presidente da Associação Comercial, Lindberg Aziz Cury, até o autor da proposta recebeu com espanto a informação. Essa rapidez da decisão do senador Moacir Dalla pegou o partido desprevenido e a população desmobilizada.

No entanto, o presidente da Associação Comercial reafirmou ontem sua posição favorável à representação política para o DF, contestando todos os argumentos levantados contra a Emenda Fruet. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/DF, Maurício Correia, também não estava informado sobre a votação de hoje, mas se manifestou favorável à aprovação da proposta com vistas a dar ao brasileiro o direito de escolher seus representantes em todos os níveis.

No geral, não houve mobilização por falta de tempo para isso. Mas o apoio de diversas representantes de sindicatos e de associações que se dispuseram a lutar para ver aprovada a representação política do DF poderá ser avaliado hoje, quando os presidentes destas entidades acompanham de perto a votação da proposta. Para Aziz Cury, há o risco da emenda ser rejeitada devido à falta de mobilização dos parlamentares e de outros seguimentos da sociedade. Já Maurício Correia acha que o ideal seria adiar a votação para depois da votação da Dante de Oliveira.

O presidente da Associação Comercial também está preocupado com o curto prazo para o partido conseguir reunir seus parlamentares em Brasília. Na sua opinião, todos foram surpreendidos. Portanto, acrescenta ele, o mais conveniente para o momento seria conseguir o adiamento da votação a fim de ter uma maior mobilização e a consequente aprovação da representação política do DF.

Votar a Emenda Fruet agora, segundo Aziz Cury, pode criar dificuldades para a sua aprovação, uma vez que não houve mobilização suficiente, como aconteceu em 1982. Nessa época, o projeto só não passou, porque o PDS organizou uma estratégia de plenário que não permitiu quorum para sua votação. Os representantes de vários sindicatos lembram que a população estava esperando a aprovação do projeto de representação política do DF, e a frustração foi grande quando nada aconteceu.

O diretor do Sindicato dos Professores, Jomar Alves Morenó, disse que os professores sempre lutaram pelo direito de votar, tanto que estão tentando eleger os diretores das escolas, através de eleições diretas. "Não podemos ter mais nenhum governador nomeado, o próximo tem de ser eleito pelo voto direto". Esse mesmo posicionamento é defendido pelo sindicato dos Bancários, dos Comerciantes e outras entidades de Brasília.

A Comissão do Distrito Federal não passa, na verdade, de um peso morto dentro do Senado Federal, devido ao absoluto e flagrante abandono imposto por seus 11 membros